



U ELREY. Faço saber aos que este Alvará virem: Que havendo cessado em grande parte pela liberdade da Navegação, concedida aos meus Vallallos no Alvará de dez do corrente mez de Setembro, os motivos das restricções, e limitações estabelecidas para o commercio, que os moradores das Ilhas da Madeira, e Açores fazem nos portos do Brasil: Hei por bem declarar que os referidos moradores das Ilhas são comprehendidos no beneficio do sobredito Alvará de dez do corrente: Com tanto porém, que delle gozem nos termos expressos no mesmo Alvará novissimo, em quanto diz = *Que possam navegar de quaesquer portos livres para outros, em que haja a mesma liberdade, e possam passar quasquer mercadorias daquellas, em que he permittido o commercio de huns para outros portos* =: Em tal fórma, que os moradores das referidas Ilhas pelo beneficio do sobredito Alvará gozem da dita liberdade para fazerem commercio, por huma parte nos portos do Brasil, onde antes lhes era permittido, e não nos outros Dominios, onde o não fazião até agora; e pela outra parte nos generos comestiveis, ou molhados, para que tambem tihão permissão; sem ampliarem esta ás fazendas seccas, que antes lhes eraõ defendidas. O que mando se observe nesta conformidade, e não de outro modo, ou maneira alguma; qualquer que ella seja: Ficando para tudo o mais, que não seja o assima expresso, em todo o seu vigor os Alvarás de vinte de Março de mil setecentos e trinta e seis, vinte e cinco de Abril de mil setecentos e trinta e nove, e vinte de Julho de mil setecentos e cincoenta e oito.

Este se cumprirá taõ inteiramente, como nelle se contém. Pelo que: Mando á Mesa do Desembargo do Paço; Regedor da Caza da Supplicação, ou a quem seu cargo servir; Governador da Relação, e Casa do Porto; Conselho da Minha Real Fazenda, e do Ultramar; Mesa da Consciencia, e Ordens; Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios; Vice-Reys, e Capitães Generaes dos Estados do Brasil, e da India; Governadores, e Capitães Generaes dos sobreditos Estados, Mesas de Inspecção, e mais Pessoas, a quem o conhecimento deste Alvará pertencer, que o cumprão, e guardem, e fação inteiramente cumprir, e guardar como nelle se contém, sem duvida, ou embargo algum, quaelquer que elle sejaõ, e não obstante quaesquer Leys, Regimentos, Resoluções, Disposições, ou Ordens em contrario, que todas, e todos Hei por derogadas, e cassadas de meu moto
pro.

próprio, certa sciencia, poder Real, Pleno, e Supremo, como se de todas, e de cada huma dellas fizesse especial, e expressa menção, sem embargo das Ordenações em contrario, para este effeito sómente, ficando aliás sempre em seu vigor. E valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não ha de passar, e ainda que o seu effeito haja de durar mais de hum, e muitos annos, não obstantes as Ordenações em contrario: Registrando-se em todos os lugares, onde se costumaõ registrar semelhantes Alvarás: E mandando-se o original para a Torre do Tombo. Dado no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, a vinte e sete de Setembro de mil setecentos e sessenta e cinco.

R E Y . . .

Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

Alvará, por que Vossa Magestade ha por bem declarar o outro Alvará de dez do corrente mez de Setembro, porque abo-lio as Frotas, e Esquadras, que até agora foraõ aos portos da Bahia, e Rio de Janeiro, para que esta mesma liberdade se pratique nas Ilhas da Madeira, e Açores, com as restricções assima declaradas.

Para Vossa Magestade ver.

João Baptista de Araujo o fez.

Nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Reino fica registado este Alvará no Livro 11. da Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios a folhas 107 vers. Nossa Senhora da Ajuda, a 12 de Outubro de 1765.

João Baptista de Araujo.

Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.

